

**APROXIMAÇÕES ENTRE OLHARES
PÓS-ESTRUTURALISTAS SOBRE A HISTÓRIA:
IMPLICAÇÕES PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Ana Carolina Neves Dias (UFJF)
anacarolinan123@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal lançar luz sobre algumas consonâncias entre os olhares lançados pelos filósofos contemporâneos franceses Michel Foucault e Roland Barthes ao discurso da história positivista, sobretudo nos termos das conclusões sobre a linguagem às quais suas análises permitem chegar. Para tanto, servimo-nos de alguns princípios da Historiografia Linguística (SWIGGERS, 2010; KOERNER, 1995; BATISTA, 2013) a fim de discutir a ideia linguística de discurso como *monumento* (FOUCAULT, 2007 [1969]), proposta por Foucault, e redimensioná-la à medida que Barthes realiza, em *O efeito de real* e *O discurso da história*, movimentos analíticos próximos daqueles propostos por Foucault na *Arqueologia do Saber*. O trabalho objetiva contribuir para uma história das ideias linguísticas e promover reflexões sobre a relação entre linguagem e verdade.

Palavras-chave:

Pós-estruturalismo. Discurso da história. Análise arqueológica do discurso.

ABSTRACT

The main objective of this article is to reflect on some consonances between the views launched by contemporary French philosophers Michel Foucault and Roland Barthes on the discourse of positivist history, especially in terms of the conclusions about language that their works allow to reach. In order to do so, we use some principles of Linguistic Historiography (SWIGGERS, 2010; KOERNER, 1995; BATISTA, 2013) aiming to discuss the linguistic idea of discourse as a *monument* (FOUCAULT, 2007 [1969]) proposed by Foucault, and expanding it as it is shown how Barthes performs, in *The effect of the real* and *The discourse of history*, analytical movements close to those proposed by Foucault in the *Archeology of Knowledge*. The work aims to contribute to a history of linguistic ideas and to promote reflections on the relations between language and truth.

Keywords:

Post-structuralism. History Discourse. Archaeological discourse analysis.

1. Considerações iniciais

Os mecanismos contemporâneos de disputa pela verdade, consubstanciados na contínua proliferação de notícias falsas e de seus desmentidos, têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de os estudos da lin-

guagem (re)pensarem as formas de articulação entre discurso, verdade e poder em nossas sociedades. Somando-nos ao prolongado extrato de comentários sobre o problema da linguagem e de sua relação com a verdade ou o real, propomos defender neste trabalho que a ideia de tratar o discurso como *monumento*, como proposta por Michel Foucault (1969), constitui-se um caminho a mais para mapear os modos pelos quais os discursos produzem efeitos de verdade.

Este trabalho toma como objetivo específico não apenas colaborar para uma história das ideias linguísticas ao se debruçar sobre o conceito de *monumento*, fulcral para a análise do discurso arqueológica, mas também ao propor reflexões para os estudos da linguagem, redimensionando-o a partir da leitura de dois ensaios de Roland Barthes, filósofo contemporâneo a Michel Foucault. O redimensionamento ora proposto toma como domínio alvo os estudos da narrativa histórica elaborados por Roland Barthes, pensando-se não apenas no modo de análise, mas principalmente nas teses às quais seus estudos chegam sobre a relação – em sua perspectiva discursiva – descompassada entre significante e significado e sobre como esta intervém no que o autor chama de *efeito de real*.

Nesta discussão, tomaremos como fundamentos metodológicos aqueles estabelecidos pela Historiografia da Linguística (SWIGGERS, 2010; KOERNER, 1995; BATISTA, 2013), uma vez que tal campo permite-nos certa autonomia com relação às fontes, irrestritas à linguística enquanto ciência moderna. Nesse sentido, escolhemos analisar trabalhos desses dois filósofos franceses que, cada um à sua maneira, ocuparam-se do discurso como objeto de pesquisa e reflexão teórica e crítica, mas não sem situá-los em relação a algumas teses filosóficas antigas sobre a linguagem.

Para além da liberdade com relação ao estabelecimento de corpus, ao chamar a atenção para “perigo da seleção de fontes que possam realçar a figura do ‘herói’” (BATISTA, 2013, p. 78), a Historiografia da Linguística mostra-se congruente com o discurso dos autores alvo de nossa pesquisa, embora seja possível objetar que a própria escolha por Foucault e Barthes seja curvar-se ao cânone. Entretanto, cientes do fato de que a HL problematiza a escolha por autores canônicos, devemos deslocar nossa escolha por Foucault e Barthes de um eurocentrismo impen-sado. Tais autores são pertinentes por problematizar o estatuto do *autor* como fonte de inteligibilidade ou mérito quanto aos discursos. Na *Arqueologia do saber*, Foucault diz, sobre sua metodologia: “a instância do sujeito criador, enquanto razão de ser de uma obra e princípio de sua uni-

dade, lhe é estranha” (FOUCAULT, 2007 [1969], p. 158). Barthes, por seu turno, proclama *A morte do autor*, delimitando que, na leitura do texto literário, não se trata de interrogar ao texto o que seu autor teria querido dizer.

Assim, há um paradoxo da crítica: opondo-se à imagem do autor, e realizando, com isso, passos protagonistas no pós-estruturalismo, estes autores tornam-se, justamente por isso, espécies de monumentos do movimento¹⁵. Desta contradição evadimos justamente ao admitir esse paradoxo e ultrapassá-lo com base na atenção ao que foi efetivamente dito pelos autores, furtando-nos de uma busca por suas intenções ou consciência, mas enfatizando o dito e suas condições de existência.

Assim, estaremos obedecendo ao princípio de imanência recomendado por Koerner (1995), isto é, uma leitura que seja fiel à materialidade do texto – entendendo as limitações disso, afinal, não se trata de uma análise positivista, livre de gestos de interpretação do pesquisador. Conforme artigo meta-historiográfico de Swiggers (2010), a pesquisa de ideias linguísticas, para a Historiografia Linguística segue três passos fundamentais. O primeiro deles consiste na catalogação de ideias linguísticas, a que o autor denomina fase *heurística*, compreendendo a leitura dos textos fonte, no caso, nossa principal fonte é *Arqueologia do saber* (1969). Tendo eleito a ideia linguística de *monumento* como o principal elemento a ser considerado e desdobrado em nosso trabalho, nos encaminhamos para uma segunda fase *hermenêutica*, colocando-nos a interpretar as ideias linguísticas. Após entendermos do que se trata a noção de discurso como *monumento*, em obediência ao princípio de adequação (KOERNER, 1995), pudemos estabelecer nossas próprias relações entre a ideia estruturante do método arqueológico e os gestos analíticos realizados por Roland Barthes em dois ensaios sobre a narrativa histórica e a narrativa ficcional. Nesse processo interpretativo, tornou-se relevante, a nosso ver, considerar os importantes deslocamentos que os autores realizam em relação à concepção representacional de linguagem¹⁶, as quais

¹⁵ Embora reconheçamos que os autores analisados tenham sido importantes nomes do estruturalismo, chamamos seus olhares de “pós-estruturalistas” na medida em que interessam-nos do ponto de vista das conclusões sobre a linguagem que buscamos evidenciar nos textos em análise, as quais se aproximam mais de perspectivas pragmáticas e discursivas de linguagem do que propriamente estruturalistas.

¹⁶ O termo diz respeito às visões da linguagem como essencialmente representativa, como no caso do realismo, segundo o qual a linguagem deve identificar parcelas da realidade, ou do mentalismo, segundo o qual a linguagem representa acontecimentos mentais. Sobre os principais paradigmas de significado linguístico (Cf. MARTINS, 2011).

será dedicado espaço neste trabalho. A terceira fase de Swiggers é chamada de executiva, e consiste na divulgação dos resultados de pesquisa, materializada neste texto.

Na próxima seção, reúno teses elaboradas pelos pensamentos platônico e aristotélico que, ao problematizar a questão da Verdade, produz ideias influentes sobre a linguagem que a veicularia. Em seguida, apresento o *clima de opinião* em que os textos de Foucault e Barthes foram publicados. Com isso, pavimenta-se o caminho para o ponto central deste trabalho, a concepção pós-estrutural/representacional de linguagem elaborada por Foucault e as relações estabelecidas entre esta e o olhar barthesiano sobre a narrativa. Nas seções dedicadas aos trabalhos dos dois autores, veremos: a insurgência foucaultiana contra a história positivista¹⁷ – o que leva o autor a defender uma história descontínua e uma análise do discurso como *monumento*; a análise barthesiana da narrativa histórica como solidária à perspectiva foucaultiana, por operar uma monumentalização do discurso que acaba por desvelar concomitâncias nos discursos ficcionais e históricos, demonstrando de que modo o real (discurso da história) não dista, tanto, de mais uma narrativa ficcional.

2. A linguagem diz o real - e o provável

Como explica Danilo Marcondes (1997), com a passagem do pensamento mítico ao filosófico-científico, a epistemologia se tornou um tópico fundamental para a legitimação da filosofia enquanto “superação do senso comum”. Se explicações que recorriam ao sobrenatural para dar conta dos fenômenos passam a ser questionadas, a possibilidade de conhecer a verdade e o modo de expressá-la discursiva e racionalmente é um ponto fulcral. Assim, o estudo da linguagem ganha lugar em alguns trabalhos dessa filosofia, embora subordinado à investigação filosófica da verdade.

Tal parece ser a condição de emergência de um diálogo como o *Crátilo*, de Platão, que versa sobre a contenda entre o convencionalismo, defendido por Crátilo, e o naturalismo, defendido por Hermógenes, como vínculo entre os nomes e as coisas por eles designadas. Uma vez aceita a tese do convencionalismo, como posta por Hermógenes – segundo a qual o nome, dado por qualquer um, a qualquer coisa, é um bom nome –, não

¹⁷ Os próprios autores usam essa qualificação para designar a narrativa da história que se quer completamente objetiva do real.

se poderia distinguir o verdadeiro do falso; o que é um problema para a visão essencialista de Sócrates. Em contrapartida, a relação natural entre os nomes e as coisas é difícil de sustentar, pois é impossível chegar a uma língua primeira, na qual o vínculo natural estaria evidente. Desse modo, o diálogo é aporético, tendo de ser buscada a verdade além das palavras.

Mesmo aporético, o diálogo deixa ver a inclinação socrático-platônica à tese de que a linguagem representa o real. Isso é verificável à medida que são elaboradas justificativas como a da antiguidade do nome para os casos em que a relação natural não é recuperável pela etimologia ou pelas propriedades sonoras. Um desses esforços argumentativos é representado pela analogia do “legislador de nomes” – quem primeiro e autorizadamente teria distribuído às coisas os nomes corretos – com o ferreiro. Mesmo empregando sílabas diferentes, legisladores dariam os nomes adequados às coisas: “(o)s ferreiros, também, não trabalham com o mesmo ferro, embora todos eles façam iguais instrumentos para idêntica finalidade (...) uma vez que lhe imprima a mesma forma, ainda que o ferro seja diferente, não deixará por isso o instrumento de ser bom” (PLATÃO, 390a). Assim, haveria o nome certo para cada coisa do mundo, embora sua aparência nem sempre transpareça isso.

Em outro diálogo de Platão, *Sofista*, o filósofo Teeteto e o Estrangeiro de Eleia discutem sobre a possibilidade de se dizer o que não é. O segundo, esforçando-se para compreender o que seja o discurso, a fim de refutar a ideia de que todo discurso seja verdadeiro, como defendem os sofistas, divide-o em duas partes, que podem ser aproximadas do que entendemos contemporaneamente por sujeito e predicado. Assim, os nomes não podem dizer o que não é, mas a sua combinação com o predicado, no nível do discurso, pode representar o que não é. O exemplo clássico é o enunciado “*Teeteto, com quem converso neste momento, voa*” (PLATÃO, 263a), proferido pelo estrangeiro. As partes da sentença, isoladamente, são verificáveis na ordem do real, mas não a sua combinação, já que Teeteto, um homem, com quem o estrangeiro conversa, não pode voar. Portanto, embora o uso da linguagem pressuponha a verdade no nível dos nomes, existem discursos falsos. Logo, é possível o discurso que “fala de coisas não existentes como se existissem” (PLATÃO, 263b).

Então, no livro X, da *República*, a fim de mostrar a face capciosa da linguagem dos poetas, Sócrates ensina a Glauco que o poeta é um “imitador em terceiro grau”, como um pintor, que imita o trabalho do artesão, o qual, por sua vez, imita o trabalho de um demiurgo. Este criaria as

formas primordiais, entendidas como as essências abstratas a partir das quais o artesão, por exemplo, produz mesas. A mesa produzida é uma imitação da forma primordial – embora não seja a própria ideia de mesa, está mais próxima desta do que a pintura, a qual é inútil e potencialmente enganadora, já que os inocentes podem confundi-la com uma mesa verdadeira. De modo análogo, a linguagem dos poetas, que imita as coisas, pode confundir os homens e despertar neles emoções que contrariam os ideais de racionalidade necessários às decisões na *polis*; por isso, a poesia, para Sócrates, é ruim.

Seguindo essa nossa breve análise histórica da relação entre as palavras e as coisas na tradição ocidental, temos que, como Platão, Aristóteles entende a linguagem poética como *mimese*, também não verdadeira. Em contrapartida, o valor que atribui a ela é diametralmente oposto ao do primeiro. Enquanto Platão enfatiza seu potencial enganador, Aristóteles dirá, na *Poética*, que a linguagem imitativa do poeta tem valor terapêutico, pois provoca no espectador a *catarse*, uma purificação.

Se fizemos esse sumário mergulho no pensamento grego é porque o que entendemos por *mundo ocidental* ecoa, em muitos pontos, as discussões filosóficas da Antiguidade. Primeiramente porque, de modo geral, continuamos opondo constantemente o verdadeiro ao falso. Basta prestarmos atenção ao número de vezes que ouvimos a palavra “verdade” cotidianamente. Do discurso político ao jornalismo investigativo de teor sensacionalista, o falso é excluído como se fosse um ente concreto.

Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, oferece um diagnóstico bastante substancial a esse quadro ambíguo, atrelando-o à *vontade de verdade* como um mecanismo de exclusão dos discursos. Dois exemplos podem ilustrar bem essa coerção: o discurso científico e o literário. No primeiro, conforme o professor do Collège de France, há certos códigos que determinam se certo enunciado pode ser considerado como científico, de modo que uma verdade desobediente a determinado código discursivo pode soar como mentira; em compensação, uma “mentira” pode soar verdadeira, como na literatura realista: “penso no modo como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2015 [1970], p. 88). Como veremos, essa coerção é presente no caso da narrativa de modo mais geral, incluindo a da História com “h” maiúsculo.

Para justificar esse poder coercitivo da *vontade de verdade*, Foucault remonta à passagem do pensamento mítico para o filosófico-científico, e, especialmente, para uma tradição filosófica essencialista, utilizando Hesíodo e Platão como suas metonímias: “a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (FOUCAULT, 2015 [1970], p. 87). Entretanto, essa mudança traz consequências paradoxais, como explica o amigo de Barthes: “se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 2015 [1970], p. 88). Todo discurso não verdadeiro aparece em desvantagem, porque dizer que se diz a verdade é uma forma de poder. Entretanto, esse discurso que se quer verdadeiro deve aparecer como uma universalidade, como se o desejo e a vontade daqueles que o formulam não existissem.

Como se vê, a questão da verdade é um tema atrelado à ordem discursiva, ainda que a análise linguística tenha surgido de forma coadjuvante a esse problema maior. Com o pensamento pós-estruturalista, o protagonismo antes dado à verdade frente ao papel menor da linguagem que deveria representá-la passa a ser dado à própria linguagem. Vejamos a seguir o clima de opinião em que os textos que compõem o corpus dessa pesquisa são publicados para então refletirmos sobre alguns dos seus pontos polêmicos.

3. Estruturalismo e pós-estruturalismo francês

Como elucida Evando Nascimento, pós-estruturalismo é um termo inaugurado em “solo americano” para designar um conjunto de trabalhos que tomaram “distância de um movimento que tivera seu auge em torno de 1966, ou seja, o ‘estruturalismo’” (NASCIMENTO, 2008, p. 109). Essa definição é prenhe de outras interrogações, já que este se configura um acontecimento teórico de natureza multidisciplinar— compreendendo a apropriação de princípios desenvolvidos na linguística desenvolvida a partir do curso “fundador”¹⁸ de Ferdinand de Saussure por tra-

¹⁸ Evidentemente, utilizo essa expressão certa de que ela implica determinadas valorações, por isso as aspas. Com a descoberta dos *Manuscritos de Linguística Geral*, há muitas revisões de seu pensamento, o que mostra como nossas leituras e nosso entendimento so-

balhos no âmbito da antropologia, da filosofia, da psicanálise, entre outras áreas do saber. Dadas essas dimensões, tomar parte ou “afastar-se do estruturalismo” pode significar tomar parte ou afastar-se de um certo número de premissas e princípios metodológicos que não serão exatamente os mesmos em todos os casos.

Um aspecto importante ligado ao estruturalismo é o anti-humanismo teórico, consubstanciado na descentralização do sujeito. Em Saussure, o sujeito é fortemente apagado da teorização linguística, uma vez que se privilegia justamente a *langue*, sistema, frente à *parole*, que carregaria as idiossincrasias indesejáveis do ponto de vista da língua como objeto científico. Este apagamento do sujeito é também reconhecido na noção de inconsciente elaborada por Freud e desdobrada por Lacan, de ideologia, trabalhada por Marx e relida por Althusser.

Há ainda um primado dado pelo estruturalismo saussuriano à diferença, haja vista a concepção não essencialista dos elementos do sistema. É o que propõe Saussure com a ideia de valor linguístico, segundo a qual os signos são pura forma e se distinguem no sistema por oposição, negativamente. Este é um tema a partir do qual podemos situar Foucault como tributário do estruturalismo na arqueologia:

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é *aquilo que, fora de nós, nos delimita*. (FOUCAULT, 1969, p. 149)

Neste excerto vê-se que, nas análises históricas elaboradas por Foucault, não se trata de compreender a essência ou o espírito de uma época, mas de analisar períodos enunciativos a partir das diferenças mantidas uns em relação uns aos outros que lhes fazem fronteira. Em Barthes, este não essencialismo se manifesta, por exemplo, em suas teorizações sobre a leitura, conforme as quais o sentido não reside nem no texto em si mesmo, nem no autor, nem no leitor, mas no entrelugar, no espaço em que estes se encontram.

Entretanto, é preciso compreender que tais autores não aderem plenamente à tese de um sistema fechado e nem assumem durante toda a sua trajetória intelectual a pretensão formalista recorrentemente presente em trabalhos estruturalistas. Ao contrário, Foucault (1968) faz o contras-

bre as coisas, inclusive o estabelecimento de “santos fundadores”, como diria Foucault, está profundamente submetido a circunstâncias externas à própria materialidade textual.

te entre o interesse por sistema e por sistemas, de modo que são estes últimos o seu objeto. Em *Arqueologia do Saber* (1969), por exemplo, ele assume que se interessa por sistemas de dispersão de objetos, conceitos, temas e modalidades enunciativas, com vistas a identificar a unidade dos discursos. Quanto a este aspecto da sistematicidade, talvez encontremos em Gilles Deleuze, enfim, um caminho formidável: “fala-se hoje da falência dos sistemas, quando é apenas o conceito de sistema que mudou” (DELEUZE, 2010 [1991], p. 17). Essa lúcida colocação nos encaminha para a possibilidade de compreender que a recusa do estruturalismo pode implicar algum parentesco, e que o abandono não dista tanto de uma reformulação; em outras palavras, que se há alguma regularidade que justifique essas filiações ambíguas para os mais sistemáticos, trata-se de visões sistêmicas da linguagem, mesmo sendo tais sistematicidades bastante diferentes.

A partir do que foi dito, agora mostrarei, em linhas gerais, como Foucault argumenta em defesa de que a história positivista - lida como verdade - é uma narrativa, isto é, uma construção discursiva, bem como de que maneira é possível analisá-la. Em seguida, veremos como Barthes, ao suspender a distinção entre a narrativa da história e a da ficção, se aproxima da perspectiva foucaultiana, operando, em boa medida, uma *transformação do documento em monumento*, revelando, através de uma análise escrupulosa – como também a foucaultiana quer ser –, o *efeito de real*. À diferença dos pensamentos platônico e aristotélico, o pós-estruturalismo compreenderá a linguagem de modo não a representar imperfeitamente a verdade, mas de produzi-la.

4. Por uma história descontínua: o discurso-monumento

Em sua trajetória filosófica, Michel Foucault voltou-se a perguntas ambiciosas. É o que verificamos no trecho abaixo, transcrito de *As palavras e as coisas*, dedicado à descrição das *epistemes* – entendidas como as bases que organizaram o pensamento – do fim do Renascimento até a virada do século XIX¹⁹:

¹⁹ Pontuamos que essas “ordens” não dizem respeito a aspectos descobertos nem em uma superfície, nem em uma instância transcendente. As epistemes são encontradas por Foucault a partir de análises sistemáticas centradas em discursos efetivamente produzidos pelas ciências humanas; são “o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas ao nível das regularidades discursivas” (FOUCAULT, [1969], p. 214).

Tem-se o direito de estabelecer, em dois pontos do tempo, rupturas simétricas, para fazer aparecer entre elas um sistema contínuo e unitário? A partir de que, então, ele se constituiria e a partir de que, em seguida, se desvaneceria e se deslocaria? A que regime poderiam obedecer ao mesmo tempo sua existência e seu desaparecimento? Se ele tem em si seu princípio de coerência, donde viria o elemento estranho capaz de recusá-lo? Como pode um pensamento esquivar-se diante de outra coisa que ele próprio? Que quer dizer, de um modo geral: não mais poder pensar um pensamento? E inaugurar um pensamento novo? (FOUCAULT, 1999 [1966], p. 69)

O professor alude ao fato de os sistemas de pensamento mudarem e à maneira como essas mudanças são agrupadas no discurso da história como “rupturas simétricas”, que emolduram “sistemas contínuos unitários”. Nesse excerto, Foucault mostra uma contradição: como explicar as mudanças de maneira sistemática, se esses blocos temporais são apresentados, no discurso histórico, em límpida uniformidade? Ver uma história contínua como espelho do real é aceitar atribuir, como causa das mudanças, fatores demasiado imprecisos, arbitrários ou transcendentais. Sendo os períodos coerentes em si, escapa-nos o elemento que impediria seu prolongamento *ad aeternum*. Posteriormente, na *Arqueologia do saber*, consubstanciando o método utilizado em suas pesquisas anteriores – que originaram *As palavras e as coisas*, *História da Loucura* e *Nascimento da Clínica* –, Foucault defende que a linearidade, as sucessões plenas, não são mais do que um efeito de superfície solidário à manutenção da ideia de um sujeito fundante.

Nessa perspectiva, o discurso da história linear exclui uma miríade de acontecimentos, suprimindo as diferenças para “encontrar sob ela [a diferença] uma diferença menor e, abaixo desta, uma outra ainda mais limitada, e assim indefinidamente até o limite ideal que seria a não-diferença da perfeita continuidade” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 192). Isso tornaria a história mais palatável, garantindo-nos uma origem e um futuro. Como afirma o professor, na maioria das análises históricas orientadas pela continuidade,

[c]ada elemento considerado é recebido como a expressão de uma totalidade à qual pertence e que o ultrapassa. Substitui-se, assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens haviam “querido dizer”, não apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem. Em relação a esse “sentido” implícito, soberano e comunitário, os enunciados, em sua proliferação, aparecem em superabundância, já que é apenas a ele que todos remetem e só ele constitui sua verdade: pletora dos

elementos significantes em relação a esse significado único. (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 134-5)

Ao aparecerem em “superabundância”, os enunciados são mini-
mizados enquanto acontecimentos únicos provocados por regras especí-
ficas que regem a esfera discursiva a partir de relações de poder. Na pas-
sagem acima, denuncia-se a concepção homogeneizante das análises pau-
tadas pela continuidade: ao tratar os discursos como documentos que
estabelecem por si o discurso histórico, mais do que uma interpretação,
operam-se interpretações como se fossem únicas. O sentido implícito se-
ria uma carta na manga, a todo tempo disponível, para se justificar o inin-
teligível, a estranheza dos dizeres.

Na contramão dessa visão artificialmente conciliadora, o filósofo
propõe que o campo discursivo – material para suas análises históricas –
seja analisado como uma “população de acontecimentos dispersos”, enfa-
tizando as descontinuidades, a pulverização dos enunciados, que, como
veremos adiante, será recolhida na *formação discursiva*. Esse procedi-
mento relaciona-se à transformação defendida pelo filósofo do *documen-
to em monumento*, operada pela arqueologia em um sentido análogo à-
aquele com que a história nova o toma. Em resumo, se, na história tradi-
cional, a arqueologia, enquanto disciplina dos objetos sem contexto “(...)”
se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de
um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as pala-
vras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a
descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 8).
Isso significa não procurar um fio de coerência, mas focalizar os discurs-
sos como objetos dispersos, sem reduzi-los, portanto, a significantes em
abundância que remeteriam a um significado único. Se, por um lado, a
proposta da arqueologia permite uma visão menos reducionista, por ou-
tro, abre-se um vasto catálogo de novas problematizações, uma multipli-
cidade de variáveis que devem ser consideradas no estudo da história,
como as relações entre o domínio discursivo e o não discursivo com vis-
tas a evitar noções contingentes como a de “espírito de época”, por e-
xemplo.

Em síntese, uma análise discursiva pautada em descontinuidades
dissocia o discurso, decerto, das interpretações já dadas, permitindo que
sejam estabelecidas novas, “controladas” pelo pesquisador. A vantagem
desses princípios reside principalmente na percepção de articulações
mais complexas entre o uso da linguagem e os aspectos não discursivos.
Destarte, podemos caminhar em direção à próxima seção, em que versa-

remos sobre os ensaios barthesianos selecionados, a fim de verificarmos em que medida eles convergem com as ideias acima apresentadas.

5. Barthes, o discurso e o real

Os textos barthesianos aqui considerados, *O discurso da história e O efeito de real*, compartilham um mesmo tema, o discurso narrativo. Entretanto, enquanto o primeiro se dedicará ao discurso da história positivista de modo mais direto, o segundo se demora na (in)significância do que Barthes chamou de “pormenores concretos” no caso de narrativas ficcionais. Tratarei mais do primeiro do que do segundo, mostrando de que modo os textos estão interligados.

Em *O discurso da história* (1968), Roland Barthes procura descobrir se, a partir de uma análise pautada na materialidade discursiva, é possível realmente opor a narrativa ficcional à narrativa histórica. Para tanto, o semiólogo analisa o discurso de alguns historiadores clássicos: já nesta proposta é possível entrever uma familiaridade com a transformação do que Foucault caracterizou de documento em monumento, descrita na seção anterior. Em primeiro lugar, porque os textos tomados como *corpora* de análise são tradicionalmente entendidos como científicos, como documentos do passado, descrições *fidedignas* do real. Logo, a ideia de analisá-los linguisticamente, nos termos de sua forma, antes de buscar um sentido único, como se os textos de historiadores delineassem o retrato de um tempo, consiste numa suspensão de sua identidade documental, isto é, numa suspensão de que eles valeriam enquanto prova ou representação direta do real. Ao desconsiderar, por um momento, a separação aristotélica entre o real e o verossímil – em certo sentido, porque não parece ser o caso de Barthes defender a inexistência absoluta do real, mas sim de se aprofundar em sua relação complexa com a linguagem, como veremos adiante –, a análise barthesiana confere à materialidade linguística, e não à virtualidade do sentido, o protagonismo. Em outras palavras, para o nível de análise que Barthes quer estabelecer, é necessário suspender, ao menos provisoriamente, a distinção tradicional que, pautando-se naquilo a que o discurso remeteria – discurso histórico ao real; discurso ficcional ao verossímil – distinguiria os dois tipos de narrativa. A análise de Barthes recua um passo atrás de toda a tradição ocidental que se pauta em uma teoria mimética e trata a linguagem, a ordem dos significantes, portanto, a forma, como submissa a um conteúdo, que seria, por assim dizer, o sentido, a referência, o objeto a ser interpretado.

Em segundo lugar, acredita-se que o ensaio barthesiano antecipa a transformação do documento em monumento também porque as considerações originais sobre o discurso histórico são fruto de análises meticolosas, como se, em suas “conclusões”, fosse possível ver que esse estudioso se debruça sobre os enunciados, enquanto forma mais do que conteúdo, de modo análogo ao que propõe Foucault. Parece ser isso que Barthes faz ao identificar “coleções” de léxicos e de temas dos discursos dos historiadores, e ao relacionar a narrativa histórica à narrativa literária a partir do modo de sucessão de seus enunciados. O semiólogo demonstra, com exemplos, como determinados discursos históricos podem gerenciar léxicos relativamente restritos – como ocorre no de Heródoto, cujos relatos coadunam “existentes” e “ocorrentes”,²⁰ relacionados à guerra –; e como, em outros, a coleção identificável não é de léxicos, propriamente, mas de temas. Ademais, o estudioso descreve como a própria forma de sucessão dos enunciados do discurso histórico culmina em efeitos específicos, como a aproximação deste com o lírico e o simbólico – quando a organização dos enunciados remete a um significado implícito – ou com o épico – quando a organização dos enunciados remete a “‘funções da narrativa’, pontos cardeais, em que o enredo pode tomar rumo diferente” (BARTHES, 2004 [1968], p. 174). Cumpre lembrar os termos de Foucault, segundo quem a operação arqueológica desdobra “uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 8). Se para Foucault era importante compreender o regime de distribuição dos diferentes objetos, isto é, objeto de que tratam os discursos e modalidades enunciativas, formas de encadeamento – assim como de conceitos e teorias – para individualizar as formações discursivas, para Barthes também foi fundamental se ater sobre o que e através de quais formas de encadeamento eram elaborados os discursos da História para compreendê-los em sua especificidade.

As aproximações realizadas a partir dessas regularidades não são dadas aprioristicamente. Amparando-se em exemplos concretos, Barthes mobiliza uma análise coerente, ao menos à primeira vista, com o que preconiza Foucault: encontrar a *regularidade* na dispersão. Entendo que essa dispersão parece ser posta em prática por Barthes, em certa medida, quando ele “embaralha” um pouco esses enunciados “da história” e “da

²⁰ Barthes concebe os existentes como seres e entidades, enquanto os ocorrentes, como predicados.

literatura”. Talvez isso seja mais claro a partir da forma como o autor inicia o ensaio *O efeito de real*:

Quando *Flaubert*, descrevendo a sala onde se encontra a senhora Albain, patroa de *Felicité*, diz-nos que “um velho piano suportava sob o barômetro, um monte piramidal de caixas”; quando *Michelet*, contando a morte de *Charlotte Corday* e relatando que, na prisão, antes de o carrasco chegar, recebeu a visita de um pintor que lhe fez um retrato, acaba por dizer que “ao cabo de hora e meia batem suavemente à pequena porta que estava atrás dela (...)” (BARTHES, 2004 [1968], p. 181)

Ora, diferentemente do ensaio que começamos a descrever há pouco, que se inicia com a dúvida quanto à possibilidade de diferenciar narrativa histórica e narrativa ficcional, em *O efeito de real* isto não é colocado em questão. *Flaubert*, romancista do realismo, e *Michelet*, historiador, sequer são situados em termos de representarem dois “tipos” de discurso diferentes. Aqui eles são essencialmente narradores, e, como tais, devem ser analisados quanto às *notações insignificantes* materializadas em seus escritos. Caso um leitor desavisado não conhecesse estes autores, pouco afetaria o entendimento de suas respectivas descrições. Nesse procedimento, *Barthes*, assim como *Foucault*, se interessa por regularidades, desencapsulando os discursos de suas classificações tradicionais.

Não se pode dizer, é claro, que se trata da mesma dispersão de enunciados em *Barthes* e *Foucault*, afinal, ela não é colocada nos mesmos termos: a arqueologia foucaultiana pode ser entendida como um conjunto de princípios que desejam desvincular os enunciados das unidades da língua e da lógica para descobrir o que há de positivo, de específico e de regular nas suas condições de aparecimento de um enunciado, definido pela noção de função enunciativa. Com isso, a análise pode individualizar formações discursivas, desviando-se, assim, da história das ideias, que narram “como verdades se subtraem ao erro”, isso é, numa concepção que considera o discurso como transparente, como simplesmente representando o real e não como atravessado por “roubos e rapinas”.

Barthes, por seu turno, localiza-se nos estudos em semiologia, interessando-se não por “períodos enunciativos” ou epistemes, recortes extensos como os de *Foucault*, mas pelo próprio uso da linguagem, notadamente na literatura realista; mas, a fim de entendê-lo em sua especificidade, como vimos, ele também anula a diferenciação entre verdade e ficção, tratando história e literatura, sobretudo, como narrativas. Por conta dessas distâncias em termos de objetos, objetivos e mesmo extensões das análises – estamos contrapondo um método de análise que desejava

compreender “todo o saber clássico”, distribuída em ao menos três volumes (*História da Loucura, Nascimento da Clínica e As palavras e as coisas*) a dois ensaios sobre a linguagem narrativa – talvez possamos falar, antes, de *familiaridades* nesses procedimentos, mas jamais em equivalências.

Para finalizar, apresento outro exemplo que evidencia a familiaridade - não identidade – entre esses dois olhares. Trata-se das considerações dos autores sobre a enunciação: ambos chamam a atenção para a não identidade entre o autor e o sujeito da enunciação, mas o fazem de modos diferentes. Barthes identifica, na narrativa histórica – e também na narrativa ficcional –, o fenômeno da “ilusão referencial” ocasionada pela exclusão dos signos de primeira pessoa. De acordo com o semiólogo, “a objetividade – ou carência de signos do enunciador – aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que se poderia chamar de ilusão referencial, visto que o historiador pretende deixar o referente falar por si só” (BARTHES, 2004 [1968], p. 169). Destarte, sinaliza-se para o fato de que o discurso não relata o real de modo neutro, pois, no processo de narração, tanto o historiador quanto o romancista fazem escolhas – inclusive a de apagarem as marcas de sua subjetividade. Porém, enquanto o semiólogo evoca, no texto em questão, terminologias estruturalistas, como a de *shifter do enunciador*, Foucault insere conceitos novos em relação ao estruturalismo, por exemplo, ao enfatizar que os sujeitos dos discursos não são projeções de um eu empírico, mas que o sujeito é assujeitado pelo discurso, mas utilizando o termo “posição de sujeito” – que, relacionada a determinantes como o *status* social e os lugares institucionais de onde se retira o discurso, caracterizam as *modalidades enunciativas* nele efetuadas.

6. O par significante e significado em Foucault e Barthes

Explicitada, em linhas gerais e com ressalvas, em que sentido se pode estabelecer uma familiaridade entre a forma através da qual Barthes parece manusear os discursos e aquele movimento fundamental da arqueologia de transformação do *documento* em *monumento*, podemos realizar uma aproximação entre estes trabalhos no sentido de realizarem a defesa contundente de que, em sua forma tradicional, principalmente, a história é uma construção.

Conforme Barthes (1968), ao imbricar-se com a linguagem, a história não pode deixar de significar, de maneira que os acontecimentos,

mesmo se descritos de maneira anárquica, a fim de impedir a significação, não conseguiriam dela escapar, significando uma “visão negativa da história humana”. Assim, parece haver uma comunhão com Foucault, também quando este último diz, na *Arqueologia*, sobre a história contínua ser “o correlato indispensável à função fundadora do sujeito” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 14). Ao tentarem descortinar os mecanismos de construção do discurso histórico como tradução objetiva do real, os autores mostram-se críticos a essa função fundadora e, principalmente, à neutralidade da linguagem.

Barthes explica haver a necessidade, no discurso da História, de um “forro” de significantes para unir os fatos – em outros termos, para torná-los inteligíveis, e, talvez possamos dizer, para estabelecer-lhes continuidade. Mais precisamente, para o semiólogo, “o processo de significação visa sempre a preencher o sentido da História: o historiador é aquele que *reúne menos fatos do que significantes* e os relata, quer dizer, organiza-os com a finalidade de estabelecer um sentido positivo e de preencher o vazio da série pura” (BARTHES, 2004 [1968], p. 176). Estes significantes “a mais” são as descrições de “pormenores inúteis” – como a porta, em Flaubert, e demais descrições da ambientação, por exemplo, que não agregam informações decisivas, mas, paradoxalmente, justamente por sua insignificância, causam o *efeito de real* nas narrativas. Embora aparentemente inúteis, tais notações possuem uma funcionalidade precisa. Isto porque, como explica Barthes, há uma oposição entre o vivido, ou o real, e o inteligível. Deste modo, a narrativa que se quer realista lança mão de descrições, porque, uma vez que estas não são preditivas, não significam, seus significantes colam-se ao referente, causando uma *ilusão referencial*, como se o próprio referente estivesse ali.

Também Foucault percebe que nem todas as combinações de significantes, que nem todos os enunciados, no âmbito do discurso, são tomados, na história das ideias, como portadores de um significado decisivo, ou digno de atenção. Em sua perspectiva, a maioria das análises do discurso vê os enunciados “em superabundância, já que é apenas a ele [sentido implícito] que todos remetem e só ele constitui sua verdade: *pletora dos elementos significantes em relação a esse significado único*” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 134). Por outro lado, justamente por haver um sentido implícito, “o discurso encobria o poder de dizer algo diferente do que ele dizia e englobar, assim, uma pluralidade de sentidos: *pletora do significado em relação a um significante único*” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 134-5). Este estatuto lacunar do significante,

sua compreensão como mero recipiente para depositar um significado que não lhe é correlato, revela, no vazio da linguagem, seu potencial para iludir.

Uma visão como a de Saussure, que teoriza sobre significado e significante através da metáfora da frente e do verso de uma folha de papel, não é suficiente para explicar tais efeitos na ordem do discurso. A linguagem desdobra-se sobre si mesma, joga com sua face realista no *efeito de real* e na *vontade de verdade*. Sem figurar no discurso, é impossível ao real ser inteligível; por outro lado, o real, em si mesmo, em sua “verdade”, não pode ser completamente traduzido na/pela linguagem. É difícil legislar sobre o discurso, porque sua relação com o real é paradoxal: ao mesmo tempo que o real só existe ao significar, o *efeito de real*, o desejo de um significante “colado” no referente está aí para demonstrar que, de algum modo, sempre soubemos que o real é insignificante. Que o visível é irreduzível ao enunciável e que o discurso é incapaz de dizer o real e que, a partir do momento em que se pode significar, não se remonta, jamais *ao real*.

7. *Considerações finais*

Nesse texto vimos, brevemente, como algumas perspectivas consideradas representacionistas de linguagem discutiram a questão da verdade na Antiguidade clássica. Mostrou-se que a noção de verdade possui um poder coercitivo sobre os discursos, pois se esta deixa de ser produzida pela voz e na circunstância de direito, devendo ser racionalmente justificada, os discursos que querem seu status devem apresentar-se como uma falsa neutralidade para serem a “vencedores” nessa luta de poder.

Avançando um pouco na história, abordamos a crítica foucaultiana da história e a análise arqueológica do discurso em seus pontos principais. Por não dar conta de demonstrar precisamente a causa das mudanças nos sistemas de pensamento, sendo uma construção, a narrativa histórica linear não é jamais neutra. Logo, se se quer desarmar a continuidade a fim de entender a que regras e interesses ela obedece, é preciso considerar as descontinuidades, atendo-se à raridade dos enunciados já produzidos. Apresentou-se de que maneira é possível ver, nos em dois ensaios de Roland Barthes, uma análise do discurso como *monumento*, aproximando-se do que é proposto por Foucault na *Arqueologia*. Na dúvida acerca de discursos tidos como documentos, nas relações complexas encontradas a partir da análise de regularidades desses discursos e na expo-

sição de algumas formas através das quais a linguagem ajuda a fazer as vezes da verdade, através da supressão da primeira pessoa e da notação insignificante das descrições, por exemplo, as reflexões barthesianas estabelecem vizinhanças com a arqueologia foucaultiana. Assim como Foucault, Barthes reconhece que o significante não está, como defenderia Saussure (1916), numa relação de indissociabilidade com o significado.

Nesse sentido, vemos que a transformação do discurso em *monumento*, a orientação pelas descontinuidades históricas e, logo, discursivas, pela raridade dos discursos, muito antes de solucionarem a relação obtusa entre linguagem e real, mostra-se um caminho para que esta seja sempre colocada em questão, como que para mostrar que não podemos nos esquecer dela. Para que aceitemos essa tarefa de Sísifo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011 (Clássicos Edipro), p. 54-7 (1451b1-1452a10).

BARTHES, Roland. Parte IV. In: _____. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [1984]. p. 163-98

_____. A imagem. In: _____. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [1984]. p. 434-44

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo: Editora 34, 2010. Disponível em: <https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2014/03/deleuze-gilles-guattari-fecc81lix-o-que-ecc81-a-filosofia.pdf>. e <https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2014/03/deleuze-gilles-guattari-fecc81lix-o-que-ecc81-a-filosofia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. de: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

_____. A ordem do discurso. In: _____. Foucault. São Paulo: Editora Folha, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento), p. 81-107

_____. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, R.; FOUCAULT, M. *Entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006. p. 67-100

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. Representar. In: _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016 [1966]. p. 63-105

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Vol. 3)

NASCIMENTO, Evando. Texto, textualidade, contexto. In: SIGNORINI, I. (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008.

PLATÃO. Crátilo. In: _____. *Diálogos de Platão: Teeteto – Crátilo*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. V. IX. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973 (Coleção Amazônica)

_____. Livro X. In: _____. *Diálogos III: A República*. Trad. de Leonel Vallandro. 22. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]. p. 217-36

_____. *O sofista*. Trad. de Carlos Alberto Nunes, UFB, 1980. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-45146/o-sofista>. Acesso em: 12 set 2020.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1916].